

UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO” À LUZ DE MARX E GRAMSCI

Ícaro da Silva Souza - Pedagogia/UFC
Jonas Menezes Bezerra - Pedagogia/UFC

Resumo

No contexto de crise política e econômica vividos no Brasil em 2016, o movimento “Escola sem Partido” ganhou notoriedade na sociedade pela sua ofensiva contra a chamada “doutrinação ideológica” no ensino escolar brasileiro. Neste artigo, buscamos analisar os principais aspectos característicos do movimento: objetivos, pressupostos políticos-pedagógicos, formas de atuação, bem como a noção de “ideologia” e a sua concepção de escola e do papel do professor no processo educativo. Para isso, utilizamos como base os textos contidos no site do movimento, além de artigos publicados em jornais. Como referencial teórico, recorreremos as reflexões críticas de Marx e Gramsci direcionadas para a educação tradicional burguesa e às suas propostas de superação desta e construção de um modelo de educação emancipadora e transformadora. Vale destacar também que estes pensadores tem sido direta e explicitamente combatidos pelo movimento ESP. Ao final, tecemos algumas considerações sobre o movimento, compreendendo-o como parte do processo de reorganização da classe dominante na busca pela reafirmação da sua hegemonia, abalada pela crise instaurada no País. Considerando a relevância desta discussão e a lacuna existente no âmbito acadêmico acerca desta temática, buscamos contribuir com a reflexão em torno do caráter político da educação e do papel da escola, bem como no que se refere ao debate a respeito da dicotomia criada entre “ideologia x neutralidade”.

Palavras-chave: escola, ideologia, hegemonia.

Resumen

En el contexto de la crisis política y económica experimentada en Brasil en 2016, el movimiento "Escuela sin partido" ganó notoriedad en la sociedad por su ofensiva contra el llamado " adoctrinamiento ideológico " en la educación escolar de Brasil. En este artículo, se analizan las principales características del movimiento: objetivos, suposiciones político-pedagógicas, formas de actuación, así como la noción de " ideología " y su concepción de escuela y el papel del profesor en el proceso educativo. Por lo tanto, utilizamos como base los textos que están en la página del movimiento, además de artículos publicados en periódicos. Como marco teórico, se utiliza las reflexiones críticas de Marx y Gramsci dirigidas a la escuela tradicional burguesa y sus propuestas para superar esto y construir una escuela emancipadora y

transformadora. También vale señalar que estos pensadores han sido directa y explícitamente criticados por el movimiento ESP. Al final, presentamos algunas consideraciones sobre el movimiento, incluyéndolo como parte de la reorganización de la clase dominante en la búsqueda de reafirmación de su hegemonía, sacudida por la crisis que llevó al país. Teniendo en cuenta la importancia de esta discusión y la brecha en el campo académico acerca de este tema, buscamos contribuir a la reflexión sobre la naturaleza política de la educación y el papel de las escuelas, así como en relación con el debate sobre la dicotomía creada entre la "ideología x neutralidad".

Palabras-clave: escuela, ideología, hegemonía.

Introdução

Atualmente, a sociedade brasileira e sua intelectualidade tem se voltado amplamente para um polêmico debate no âmbito educacional acerca da questão da instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. Este objeto centralizou nossa atenção, pois consideramos de suma importância a necessidade de encarar com seriedade e criticidade tal proposta, tendo em vista sua notória aceção entre o senso comum e sua recente transformação em projeto de lei¹ capaz de alterar a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB.

Tal proposta, cujo fim declarado é alcançar a neutralidade nos processos de ensino, é alimentada por setores da sociedade brasileira orientados e organizados no movimento “Escola sem Partido” - ESP. Esta análise será realizada à luz da compreensão política e pedagógica de Marx e Gramsci, que - não por acaso -, são os principais alvos da crítica realizada pelo movimento, precisamente por questionarem o papel da educação e da escola na reprodução da dominação e da alienação social no modo capitalista de produção.

Utilizamos como principal fonte de pesquisa do movimento o sítio eletrônico² em que se pode encontrar os objetivos, os depoimentos de pais e alunos, vídeos, artigos e reportagens que expõe a concepção política e pedagógica apresentada pelo movimento no que concerne à chamada “doutrinação” pedagógica para fins político-partidários e ideológicos, bem como as

¹Projeto de lei do senado nº 193 de 2016 de autoria do Senador Magno Malta.

² <http://www.escolasempartido.org/>

informações referentes ao tema em outros países, as representações judiciais, a lista de livros considerados “doutrinadores” e uma série de orientações para pais e estudantes sobre como identificar a ocorrência da doutrinação, registrá-la e punir o “professor-doutrinador”.

Iniciaremos com uma breve exposição do histórico, dos pressupostos político-pedagógicos, dos objetivos e da forma de atuação do movimento. Em seguida, discutiremos alguns aspectos elencados por entender que são os pilares de sustentação ideológica do movimento “Escola sem Partido”, a saber: a noção de ideologia, o papel da escola e a função do professor no processo educativo. Por fim, delineamos algumas considerações gerais sobre a investigação realizada, situando a proposta do movimento ESP no âmbito da conjuntura política nacional.

Propomos, neste artigo, uma tentativa inicial de investigação das diretrizes educacionais apresentadas pelo movimento Escola sem Partido. Os aspectos abordados nesse trabalho, bem como outros elementos que não tiveram destaque, merecem ainda uma análise aprofundada. Não obstante, o nosso objetivo é contribuir no embasamento teórico para o debate que vigora na sociedade, com feições de disputa de consciências, e que interessa principalmente aos profissionais da educação.

Os pressupostos político-pedagógicos do movimento “Escola sem partido”

A atual conjuntura do Brasil é caracterizada por uma grave crise econômica, repercutindo em cortes de gastos principalmente nas políticas públicas para educação, saúde, cultura etc, a despeito dos gastos com a realização de megaeventos no país e da priorização do pagamento da dívida externa brasileira. Em âmbito político, assistimos a derrocada de um governo, que há mais de uma década se encontrava na liderança do país, ser efetivado com o impedimento de sua representante máxima por um Parlamento que se caracteriza por ser o mais conservador da história da política brasileira.

Na área da educação, visualizamos um cenário de sucateamento de sua matriz pública, do ensino básico ao superior, em detrimento da supervalorização de um viés mercadológico, resultando em constantes greves e ocupações de instituições por alunos e professores exigindo

melhora nas condições de ensino. É neste cenário que toma fôlego o movimento Escola Sem Partido (ESP).

Surgido no ano de 2004, o movimento ESP ganhou uma maior visibilidade na sociedade brasileira nos últimos dois anos, tornando a questão da neutralidade ideológica um dos principais assuntos da discussão sobre políticas para a educação no país. Inspirados no correspondente estadunidense “noindoctrination.org”, dispõem hoje de uma plataforma online onde delineiam os caminhos de sua atuação, sem, contudo, fazer menção a autores ou pensadores da história da educação. Em contrapartida, pululam medidas de punição e inibição para professores que não atenderem as ideias - supostamente neutras - defendida pelo programa.

O movimento ESP se identifica como uma “associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”, que busca combater a “instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários” que tem, segundo seus elaboradores, se intensificado em todos os níveis no ensino escolar brasileiro (ESP).

Três objetivos fundamentais são destacados para a sua atuação, quais sejam: I) “pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”; II) “pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes” e III) “pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. Além disso, pretendem orientar pais e estudantes para enfrentar esse problema; oferecer análises críticas de livros didáticos, conteúdos programáticos e bibliografias e divulgar atos normativos, códigos de ética, pareceres, estudos científicos, artigos e links sobre a questão da “doutrinação ideológica”.

Esse processo de instrumentalização, segundo o movimento, é mascarado sob o “pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade”, possibilitando ao “exército organizado de militantes travestidos de professores” impor sua visão de mundo aos alunos. Tem-se como pressuposto, segundo entrevista concedida pelo seu coordenador Miguel Nagib, “que a doutrinação político-ideológica praticada nas escolas brasileiras tem um viés claramente de esquerda.” (NAGIB, 2010). Nesse sentido, há um monopólio ideológico que induz os alunos a uma visão parcial da realidade, que se manifesta e se reproduz nos livros didáticos, nos processos avaliativos, na formação dos professores, nos cursos universitários e, especialmente, na atuação dos professores em sala de aula.

Desde 2014, o movimento busca concretizar suas propostas por meio de projetos de lei apresentados nas diversas esferas (municipais, estaduais e nacional). De acordo com um levantamento realizado pelo portal Educação e Participação, dezenove estados brasileiros têm projetos de lei em tramitação ou concluídos inspirados no ESP. Como exemplo, destaca-se a aprovação em maio de 2016 no estado de Alagoas do projeto de lei 7.800 que institui o “Programa Escola Livre”, estabelecendo a proibição à “prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam induzir aos alunos a um único pensamento religioso, político e ideológico.” (ALAGOAS; 2016, p. 84).

No âmbito federal, destacam-se o projeto de lei 193/2016 apresentado no Senado Federal que visa incluir o Programa Escola Sem Partido nas diretrizes e bases da educação nacional e o projeto de lei 7180, apresentado em 2014, em tramitação na Câmara dos Deputados que defende a inclusão entre os princípios do ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.” (BRASIL; 2014).

A concepção ideológica no movimento

Um aspecto determinante para a compreensão do movimento ESP é a noção de ideologia apresentada. Analizamos este conceito, a partir de Karl Marx, na perspectiva da relação capital/trabalho. Para Marx o trabalho sempre fora a atividade pela qual o homem se humaniza e se encontra consigo mesmo e com a natureza. É no trabalho que o homem reflete sobre sua vida e desenvolve a base material de sua existência. Na sociedade capitalista, contudo, o trabalho humano se converte em mercadoria e o trabalhador

Se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata, quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em produção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele

produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX; 2004, p.. 80)

Como produto desta “desvirtuação” do trabalho tem-se a alienação, fruto da complexa divisão produtiva que se opera no sistema capitalista. Submetido à esta divisão e as demandas da produção em larga escala, o trabalhador é colocado em funções mecânicas, a qual não lhe exigem uma ciência, senão a repetição, alienando-o no processo da produção e em relação ao produto final de seu trabalho e, portanto, obscurecendo a importância da sua realização, considerada como um processo secundário e menos valorizado dentro das dimensões da reprodução do capital, sendo sua essência nesta lógica vender barato sua força de trabalho. Em posse do aparato do Estado e dos meios de produção da vida social, a classe dominante se reserva às atividades de cunho intelectual, as quais vão compôr o caminho diretivo de sua dominação.

São nestas condições que Marx (2008) analisa que para a classe dominante se manter em sua condição, esta necessita de uma justificativa no plano das ideias para sua dominação, ou seja, precisa do convencimento intelectual da massa de trabalhadores sobre a inevitabilidade da situação de exploração em que vivem, muitas vezes desviando sua atenção dos problemas que a geraram, limitando sua capacidade de reflexão e, por fim, desacreditando-os da possibilidade de emancipação. É assim que a burguesia, apropriando-se das condições materiais da produção, desenvolve o aparato ideológico para incutir na classe trabalhadora uma falsa consciência, ou uma visão parcial e limitada da realidade.

Nesse sentido que Marx (2008) afirma que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Portanto, o termo ideologia equivale a “falsa consciência”, ou seja, a uma visão parcial da realidade, pois refletem a visão de mundo própria da classe dominante e cujo intuito é conservar as estruturas sociais historicamente construídas, apresentando-as como processos naturais do desenvolvimento humano.

Marx entendia a sociedade capitalista como o movimento de oposição entre o proletariado e a burguesia, sendo a ideologia o reflexo dessa relação no plano das ideias. Assim, para analisar o ESP a partir de referenciais marxianos, é premente identificar a qual classe este grupo associa-se, em qual perspectiva social se dá a atuação de seus membros, para assim entender como se

desenvolvem e como se situam suas concepções ideológicas, isto é, se numa perspectiva conservadora, de dominação, alienadora da realidade e, por conseguinte, de manutenção da ordem social, ou se numa perspectiva crítica, que vislumbre a emancipação e a transformação da realidade de exploração em detrimento dos interesses da primeira.

Neste sentido, percebemos a impossibilidade de uma construção intelectual sem ideologia, neutra, como defende o movimento ESP. Verificando os elementos chamados por eles de “ideológicos”, podemos identificar a visão de classe do grupo. São considerados neutros os conteúdos aplicados num parâmetro positivista, ou seja, ministrados sem análises ou críticas, meramente reproduzidos tais quais os livros (que também devem se limitar a isto) apresentados. A prática educativa com esses direcionamentos retroagiria dentro da própria história da educação, retomando sua veia tradicionalista, voltada para o ajustamento a ordem social e desvinculando o conhecimento de uma perspectiva de transformação social.

Outro elemento que corrobora esta elucubração é a imensa preocupação deslocada para a instância ideológica em detrimento de uma discussão sobre a fragilizada situação da educação pública no Brasil. Num cenário de cortes de gastos, privatizações, greves e ocupações, o movimento escancara sua índole conservadora ao se opor que temas como estes sejam tratados em salas de aula ou mesmo nos livros de Sociologia ou História, por exemplo, o que, através do mecanismo aqui explanado, transforma muitas vezes o professor em culpado de um sistema educativo que nem mesmo valoriza sua profissão.

Como aponta Demian Melo (2015): “Para os animadores de tal campanha é como se ideologia fosse uma coisa localizada apenas na esquerda, enquanto essa direita hidrófoba se apresenta como “o normal”. Nada, portanto, mais ideológico”. Segundo sua noção de ideologia, o próprio ESP não pode ser considerado um movimento “político” e “ideológico”, uma vez que eles apenas querem que a Constituição seja respeitada. Evidentemente, essa é uma estratégia retórica para passar a imagem de um movimento sem interesses partidários ou ideológicos.

É curioso notar, ainda segundo Melo (2015), que é atribuído a essa doutrina ideológica nas escolas a causa do fraco desempenho obtido pelo Brasil nos rankings internacionais de avaliação, como divulgado nos relatórios da OCDE³ (Organização para a Cooperação e

³ <http://www.oecdbetterlifeindex.org/>

Desenvolvimento Econômico), que incentiva os países a investirem na educação para um retorno a longo prazo, no qual o Brasil ficou em 2015 na 60ª posição de 76 países avaliados⁴ e neste ano em 58º lugar numa lista de 64 países⁵.

A noção de ideologia em Marx apresentou-se como pontual nesta análise na medida em que nos permitiu demonstrar as ilusões de classe defendidas pelo ESP. Estamos, neste sentido, tal qual assinala o materialismo dialético, tentando partir de uma leitura das relações materiais concretas estampadas na dinâmica da luta de classes no Brasil, para contribuir no desvelamento das situações reais que engendram as concepções de mundo presentes no movimento ESP e por conseguinte seus pressupostos sobre educação.

Buscaremos, a seguir, aprofundar esta análise a partir da perspectiva crítica e humanista do pensamento de Antônio Gramsci, cujas reflexões acerca das questões em torno de ideologia nos trouxeram contribuições no sentido de esclarecer qual papel cumpre o movimento ESP no cenário atual da educação e da política no Brasil.

O movimento Escola sem Partido na disputa pela hegemonia

A atuação do movimento “Escola sem Partido” realiza-se no âmbito da sociedade civil, conforme a caracterização gramsciana, que é a esfera da sociedade que engloba “o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (meios de comunicação de massa, mídia), etc.” (COUTINHO, 2007, p. 127). A sociedade civil compõe, juntamente, com a chamada sociedade política a noção ampliada de Estado segundo Gramsci (1982), no qual se complementam e se constituem como instrumentos para a manutenção da dominação.

Gramsci alertava que nas sociedades modernas, devido à ampliação e à intensificação da participação política, o domínio de uma classe não se sustentaria apenas pela imposição, através da força, do aparato policial e da estrutura jurídica. Cada vez mais seria necessário alcançar um

⁴ In: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/brasil-e-60o-de-76-paises-em-ranking-de-educacao-8400.html>> Acesso em 24/07/2016.

⁵ In: <<http://www.ebc.com.br/educacao/2016/02/brasil-esta-entre-os-piores-no-ranking-de-conhecimentos-basicos-da-ocde>> Acesso em 24/07/2016.

consentimento da sociedade, por meio do convencimento ideológico. A hegemonia social e política de uma classe e a manutenção da ordem vigente no contexto atual, pressupõe o domínio sobre o modo de ser, pensar e agir (GRAMSCI, 1982).

Neste sentido, no âmbito da sociedade civil, um papel de destaque no processo de domínio e direção intelectual e moral da sociedade - ao qual Gramsci chamou de hegemonia -, é conferido as instituições educativas formais. As escolas são responsáveis pela formação dos intelectuais, que elaboram e disseminam o modo de conceber a realidade, que estabelecem as regras e os padrões sociais, os conhecimentos considerados legítimos, etc.

É importante salientar que para Gramsci o termo “intelectual” possui um significado mais amplo, já que “todos os homens são intelectuais, [...] mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI; 1982, p. 7). A distinção efetuada entre intelectuais e não-intelectuais refere-se unicamente à categoria profissional dos intelectuais na sociedade, ainda que mesmo no trabalho mais mecânico e degradado, exista um mínimo de atividade intelectual criadora. Logo, todos os indivíduos são intelectuais, pois são capazes de pensar, se questionar, refletir sobre a sua condição de vida e sobre a realidade ao seu redor.

As escolas tradicionais burguesas fortaleciam e reproduziam a divisão de classe existente na sociedade, ao estabelecer uma formação limitada, estritamente voltada para o trabalho manual para a classe explorada dos trabalhadores. Assim, alijava-se os indivíduos de todo o patrimônio do conhecimento elaborado pela humanidade, impossibilitando o desenvolvimento intelectual pleno desses sujeitos e alienando-os das relações concretas de exploração ao qual estavam submetidos na sociedade capitalista (GRAMSCI, 1982).

Segundo Gadotti (2002, p. 87):

A educação burguesa tem por finalidade a ocultação dessa realidade em transformação, pois seu projeto de sociedade é conservador e se utiliza da educação para legitimar e perpetuar os seus privilégios de classe. Através da educação ela apresenta os seus interesses gerais da sociedade como um todo e, portanto, também como os legítimos interesses da maioria que é a classe trabalhadora. Por isso, interessa-lhe manter a escola numa pseudoneutralidade.

De acordo com Gramsci (1982), a disputa pela hegemonia numa sociedade, isto é, pelo poder político e pelo convencimento ideológico será tão mais rápido e eficaz quanto mais um

grupo for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. Uma vez que o movimento Escola Sem Partido estabelece quais conteúdos e quais autores devem ou não ser estudados e restringe a autonomia e a liberdade de expressão dos professores na escola, o que se verifica, de fato, é, por um lado, a reprodução da alienação social por meio da escola e, ao mesmo tempo, por outro lado, a formação de intelectuais orgânicos da burguesia que, devido ao seu prestígio na sociedade, exercerão uma forte influência na disseminação da visão de mundo própria da camada dominante tendo em vista o domínio intelectual e moral da sociedade.

Por esta razão, o ESP cumpre uma função essencial na manutenção da dominação de classe, na medida em que busca assegurar a hegemonia de sua visão de mundo, por meio da escola, atuando no âmbito da sociedade civil e exercendo uma pressão sobre a chamada sociedade política para sancionar suas propostas no âmbito legislativo, como mencionado, anteriormente.

Caso essas mesmas ideias fossem tomadas verticalmente, “de cima para baixo” pelo Estado “em sentido estrito”, a crítica e a resistência social poderiam ser maiores. Na medida em que essas ideias, supostamente, surgem de “baixo para cima”, por intermédio de um movimento social, a disputa ganha novos contornos. A (falsa) neutralidade é sedutora, especialmente num contexto de crise política, pois mascara os propósitos políticos reais e as suas orientações ideológicas.

A pedagogia do movimento

A perspectiva política, pedagógica, ideológica - e portanto não neutra - do ESP é perceptível também, além das análises trazidas até aqui, quando da ausência, em seu programa, de argumentos teóricos claros sobre sua concepção de educação. É nítido o posicionamento do movimento quanto a atuação do professor, mas nem a página na internet, nem o projeto de lei, conseguem propor e desenvolver um programa para a educação brasileira claro, capaz de regulamentar, objetivamente, não apenas o professor, mas o sistema de ensino como um todo. O que se vê, são propostas de normatização do ensino em sala de aula, das metodologias, de conteúdos programáticos, atividades paralelas etc, utilizadas num tom judicial e eminentemente

direcionadas aos docentes, os quais, por sua vez, são tomados como os agentes essenciais do processo educativo.

Objetivamente, o movimento propõe a afixação nas salas de aulas de cartazes orientando os “Deveres do Professor”, dentre os quais o professor deve assumir responsabilidade mesmo se ele não for o agente da “doutrinação”. Além disso, o movimento não propõe direcionamentos para as instituições de ensino, nem se encontram indicações de regulamentação ou punição do Estado - responsável pela educação pública - ou o empresário - no caso do ensino privado. .

O professor, segundo os ideólogos do ESP, é, portanto, o principal agente do processo de “doutrinação ideológica” nas escolas. De acordo com Miguel Nagib (2015), “não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente”, pois o professor dirige-se “a indivíduos que são obrigados a escutá-lo, como os alunos numa sala de aula”, e isso viola tanto a liberdade de consciência dos estudantes, quanto “o princípio constitucional da neutralidade política e ideológica do Estado – que impede o uso da máquina pública em benefício desse ou daquele partido ou ideologia – e afronta a democracia, já que visa a desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores”.

Assim, o ESP opera uma distinção entre o que considera como a “liberdade de ensinar” e a liberdade de expressão, conferindo ao professor um status de mero “técnico da educação”, devendo o mesmo se limitar a “depositar” os conhecimentos previamente estabelecidos, e não de um sujeito inserido num meio social num determinado contexto histórico com a possibilidade de refletir sobre a realidade e a temática em questão. Exposto isto, pode-se deliberar sobre como se insere o discente nas entrelinhas do projeto.

A atuação dos estudantes, por sua vez, não é aprofundada pelo ESP. Não se menciona referências da psicologia nem da educação acerca de suas formas de aprendizado dentro do modelo educacional vigente. Não há pesquisas ou dados que embasem sua assertiva de que estes ocupam um papel passivo na sala de aula e nos processos educacionais por serem “audiência cativa”. Uma vez que são considerados como “criaturas indefesas, vulneráveis e que podem ser transformadas em massa de manobra”, desvaloriza-se seu desenvolvimento cognitivo, sua capacidade de criticidade e ignora-se que as dimensões do aprendizado em sociedade se dão em espaços que vão muito além da sala de aula.

Embora, o movimento ESP afirme se propor a valorizar os diferentes pontos de vista sobre questões “políticas, sócio-culturais e econômicas”, na realidade, toma apenas o professor como propagador destes debates, desconsiderando a relevância dos processos de educação não-formais e informais na vida social dos estudantes. Mesmo nas escolas e universidades passamos por dezenas de professores e colegas diferentes - das diversas áreas de conhecimento, com trajetórias de formações particulares, as vezes vindo de outras cidades - a cada ano de ensino. Como limitar todos estes fatores ao verborrágico conceito de “doutrinação esquerdista”?

Gramsci se opõe a educação neste viés, revestida de elementos do tradicionalismo burguês, apresentando sua proposta de escola, denominada *Escola Unitária*, a qual por transmitir um “ensino quase puramente dogmático, no qual a memória desempenha um grande papel, passa-se à fase criadora e de trabalho autônomo e independente.” (GRAMSCI, 1982, p. 127). A Escola Unitária na perspectiva de Gramsci deve ser ativa e criadora, propiciando uma formação ampla - que desenvolva tanto as habilidades manuais quanto a capacidade intelectual dos indivíduos - e que estimule a autonomia, a maturidade e a capacidade criativa do aluno. O seu objetivo é promover a democratização da educação, devendo, assim, formar o indivíduo para pensar e para governar a sociedade, e não somente para disponibilizar as suas habilidades manuais.

O movimento Escola Sem Partido é uma investida jurídica a uma questão que diz respeito a realidade educacional no Brasil, portanto, o movimento não possui um direcionamento pedagógico, não quer pensar a realidade educacional, mas sim intervir politicamente no sentido de barrar a politização dos setores excluídos da sociedade. Sob a suposta aparência de neutralidade, o ESP tem difundido uma visão que tanto naturaliza posições conservadoras quanto busca proibir e criminalizar – através das ações judiciais - as concepções críticas e que contrastam com a ideologia dominante em sala de aula. Dessa forma, nega-se uma formação que estimule a capacidade crítica e reflexiva dos estudantes sobre a sua própria vida e sobre o mundo que o cerca.

Conclusão

A proposta de uma escola livre das influências políticas contradiz a própria essência política da educação, posto que segundo Charlot (apud GADOTTI, 2002), forma a personalidade

do indivíduo, através da transmissão de ideais políticos e valores sociais. Essa discussão sobre o caráter político da educação e da escola no processo educativo não é mais uma “banalidade pedagógica” e ainda causa escândalo, ao contrário do que acreditava Moacir Gadotti (2002). É preciso aprofundarmos essa discussão sob pena de retrocedermos alguns séculos na discussão em torno da dicotomia “neutralidade x ideologia” no âmbito da pedagogia e das ciências humanas de um modo geral.

A investida em favor da neutralidade numa sociedade de gritantes desigualdades é, na verdade, a tentativa de calar os setores desfavorecidos, discriminados e excluídos que tem tomado voz, ido as ruas, denunciado e escancarado as falácias do conservadorismo no poder, que atingido pelas crescentes manifestações que o contestam, impele-se em tentativas absurdas, sobretudo no âmbito da lei, de se manter incólume em sua dominação de classe. Em resumo, trata-se de uma “nova” feição do processo de alienação empreendido no âmbito educativo e conduzido por uma camada que, indiretamente, busca assegurar a manutenção da ordem social nesta nova fase do capitalismo contemporâneo.

O fortalecimento deste movimento e a campanha iniciada pela aprovação de legislações a nível de estados, municípios e da União – ainda que possam ter dificuldades para a sua implementação - nos últimos anos, representa o processo de reorganização das camadas dominantes da sociedade na disputa pela hegemonia no cenário de crise política atual. Este movimento se insere no processo de ascensão de novos segmentos conservadores da política nacional que, além de estarem se reorganizando em diversos movimentos sociais, também estão representados por uma parcela considerável de parlamentares que atuam no âmbito da chamada sociedade política, conforme a perspectiva gramsciana.

Em contraposição, reiteramos como Gadotti (2012, p. 169) que a “educação é compromisso, é ato, é decisão. Educar-se é tomar posição, tomar partido. E o educador educa educando-se, isto é, tomando partido, posicionando-se. É verdade que, sendo a neutralidade impossível, também aquele que não toma partido, toma partido, isto é, toma o partido do mais forte, da dominação”. Portanto, assumimos uma posição crítica frente ao projeto político-pedagógico do movimento ESP, precisamente por entendermos que “tomar um lado”, isto é, posicionar-se de forma franca e aberta é mais sincero e digno, e favorece a existência de uma educação livre, ativa, crítica e dialógica.

Referências Bibliográficas

ALAGOAS. Lei nº 7.800, de 05 de maio de 2016. Institui no âmbito do sistema estadual de ensino, o programa “Escola Livre”. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, 11 maio 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 7180/2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F30140E529E7F503A2F40865BB935657.proposicoesWeb1?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014>. Acesso em: 23 jul. 2016.

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Objetivos**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/objetivos>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo. Global, 1985

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2004.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: Karl Marx e Freidrich Engels. **Obras Escolhidas**. v.1. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MELO, Demian. “**Escola sem partido**” ou escola com “**partido único**”. 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/escola-sem-partido-ou-escola-com-partido-unico>. Acesso em: 20 jul. 2016.

NAGIB, Miguel. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. Entrevista de Miguel Nagib à revista Profissão Mestre. In.: REVISTA MESTRE. O Poder de influência do Professor. **Revista Mestre**, jul-2010. Disponível em: <http://escolasempartido.org/midia/395-entrevista-de-miguel-nagib-a-revista-profissao-mestre>. Acesso em: 11 jul. 16

_____. Combater ideologização em sala de aula é censura? Não. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 18 jul. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/07/1657376-combater-ideologizacao-em-sala-de-aula-e-censura-nao.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2016.

RODRIGUES, Alberto T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.